



## **Diagnóstico social e produtivo do Assentamento Frei Damião em Inhapi/AL** *Social and productive diagnosis of the Frei Damião Settlement in Inhapi/AL*

MELO, Sylvania Soares<sup>1</sup>; SANTOS, Franqueline Terto dos Santos<sup>2</sup>

Assentada. Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Alagoas, pelo Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA); e militante do MST em Alagoas, silvansoares0@gmail.com; <sup>2</sup> Assistente Social. Militante do MST em Alagoas. Atua na coordenação político-pedagógica do curso de Agroecologia/Proneira/UFAL, franqueline.social@gmail.com

### **Eixo temático: Construção de Conhecimento Agroecológico e Dinâmicas Comunitárias**

**Resumo:** Este trabalho apresenta um diagnóstico social e produtivo do Assentamento Frei Damião, localizado no alto sertão alagoano, município de Inhapi, realizado através da aplicação de questionários e entrevistas individuais. Essa comunidade rural encontra-se na região do semiárido, em que a seca tem grande impacto sobre as famílias, provocando o êxodo rural cada vez mais crescente. A falta de chuvas atinge todo o sertão, mas seu maior impacto está ligado aos agricultores familiares que dependem das chuvas para produzir. O diagnóstico objetivou (re) conhecer a comunidade com o levantamento do perfil das famílias assentadas, bem como das suas principais necessidades. Desta forma, contribuirá para iniciar a discussão e ações rumo a transição da agricultura tradicional para a agroecológica, como parte da luta pela Reforma Agrária. A agroecologia representa um novo modelo de vida e desenvolvimento rural sustentável, para a produção de alimentos saudáveis e melhores condições de vida da sociedade.

**Palavras-chave:** Assentamento Rural; Diagnóstico Sócio-Produtivo; Reforma Agrária; Transição Agroecológica.

**Keywords:** Rural Settlement; Socio-Productive Diagnosis; Land reform; Agroecological Transition.

### **Introdução**

O Assentamento Frei Damião é um projeto de assentamento no âmbito da política de reforma agrária, localizado no município de Inhapi, região do semiárido do Estado de Alagoas. Com relação as questões econômicas, destacam-se no município de Inhapi atividades agrícolas, pecuárias e serviço público. Localizado no alto sertão alagoano, o Assentamento Frei Damião nasce do processo de luta pela terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a partir da ocupação de terra da Fazenda Salgadinho e posterior formação de um acampamento no dia 11 de outubro de 2003, com 430 famílias que passaram a viver em barracos de lona. Três anos depois da ocupação, a partir da pressão social das famílias acampadas e da intervenção do INCRA (Superintendência Regional de Alagoas), a fazenda foi desapropriada, passando a se chamar Assentamento Frei Damião. Deste processo, 23 famílias foram contempladas pelo programa de Reforma Agrária e receberam a emissão na posse. As famílias assentadas, desde o

1

2



processo de ocupação e acampamentos estão organizadas no/pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e assim, orientam-se segundo as linhas políticas, tanto na organização social quanto na organização produtiva. As bandeiras de lutas e os processos organizativos do MST estão amplamente ligados à conquista da terra enquanto processo de construção de territórios livres da relação exploradores e explorados, na defesa da Reforma Agrária Popular (MST, 2010), e defende que os bens da natureza são bens comuns e pertencem ao povo brasileiro.

A agroecologia é um modelo de desenvolvimento rural que promove a construção do novo homem e da nova mulher, um novo modelo de vida e de relação entre os seres humanos e entre os seres humanos e a natureza (ALTIERI, 2000). Portanto, apenas a conquista da terra pela terra não basta, se não há garantia de permanência dessas famílias no campo e se não há uma mudança no modelo de desenvolvimento agropecuário.

O diagnóstico resulta das atividades do Tempo-Comunidade, com o objetivo de (re) conhecer a comunidade do Assentamento Frei Damião e suas principais necessidades. Desta forma, contribuindo para iniciar a discussão e ações rumo à transição da agricultura convencional, baseada no uso dos pacotes tecnológicos do agronegócio, para a agricultura agroecológica, como parte da luta social pela Reforma Agrária Popular.

## **Metodologia**

O diagnóstico foi realizado a partir da aplicação de um questionário em fevereiro de 2019, em que foi entrevistado um número de 23 famílias, numa abordagem de casa em casa, atingindo o número total de famílias cadastradas no INCRA-AL, que constavam na Relação de Beneficiários (RB) do Assentamento. As perguntas foram diversas e, em geral, de fácil compreensão para os entrevistados. As dúvidas que iam surgindo iam sendo retiradas durante a aplicação do mesmo.

As principais questões abordaram temas como: dados da família, tipo de construção da habitação, sistema de esgoto, energia elétrica, destino do lixo, meios de transporte utilizados pelas famílias, de onde vem a água, há quanto tempo mora no local, onde vivia antes, produção vegetal, produção animal, se recebe bolsa família, acesso à assistência técnica para a produção ou criação animal, se tem ou já teve algum financiamento bancário para produção, como se dá a comercialização, a origem das sementes, dentre outras questões. Após a aplicação de todos os questionários, realizamos a tabulação e análise dos dados, conforme apresentamos abaixo.

## **Resultados e Discussão**

As famílias assentadas estão na região desde o acampamento, passando por todo processo de luta, o que totaliza exatos 16 anos no dia 11 de outubro deste ano de



2019. Todas moravam em comunidades próximas, outros de municípios vizinhos ou da cidade em que se localiza o Assentamento.

O Assentamento Frei Damião tem uma população atual de 104 pessoas, distribuídas nos 23 lotes familiares. Desse total de moradores, 61 são do sexo masculino e 43 são do sexo feminino. Deixando claramente explícito que há uma quantidade maior de homens no Assentamento. A maior parte da população tem mais de 50 anos de idade, embora com uma quantidade significativa de jovens entre 16 e 25 anos, conforme a tabela abaixo:

<b>GRUPO IDADE/GENERO</b>	<b>0 - 6</b>	<b>7- 11</b>	<b>12- 25</b>	<b>16 - 25</b>	<b>25-35</b>	<b>36- 50</b>	<b>MAIS DE 50</b>
MASCULINO	07	09	05	14	05	03	18
FEMININO	01	05	04	07	06	06	14
TOTAL	08	14	09	21	11	09	32

**Tabela 1.** População por Sexo e Faixa Etária  
Fonte: Pesquisa de Campo, Tempo-Comunidade 2019.

Desse total de pessoas, infelizmente há um baixo nível de escolaridade e, conforme os dados coletados, há uma grande evasão escolar, mesmo com transporte disponibilizado pelo município. Em relação aos níveis de escolarização da população assentada, os perfis expressam os baixos índices da população rural no Brasil, principalmente no Nordeste. Observamos que 25% da população assentada não é alfabetizada e 60% estudaram ou estudam apenas até o Fundamental II. Na questão da participação e organização política, as famílias se organizam segundo os princípios do MST e, juridicamente, estão representadas pela Associação do Conselho Administrativo do Assentamento Frei Damião. Elas reúnem-se ordinariamente todo primeiro sábado de cada mês, onde discutem as demandas e necessidades da comunidade.

A maioria das habitações é de construção de alvenaria e das 23 famílias assentadas apenas duas famílias ainda não tiveram suas casas construídas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Estas estão morando em construções feitas com recursos próprios, mais ainda de forma improvisada, aguardando a liberação do recurso e construção futura. Todas as famílias têm em suas residências fossa negra e todas as famílias dispõem de energia elétrica. Por não haver coleta de lixo, acabam por queimar seus resíduos.

A comunidade utiliza vários meios de transporte. Do total de entrevistadas, 13 afirmam que utilizam moto própria, 02 famílias têm carro próprio, 11 utilizam camionete ou van para se deslocar, sendo que a camionete é o meio de transporte mais utilizado, devido às condições das estradas. Em relação ao abastecimento de



água, as famílias não dispõem de água encanada em suas casas, e dependem do abastecimento pelo serviço público realizado pelo exército ou através da captação de água da chuva. Somente há exatos três anos eles conseguiram construir as cisternas pelo programa P1MC. E mais recentemente ainda foram contemplados com o programa das cisternas calçadão e de enxurrada. As cisternas têm capacidade de 16.000 litros para uso e consumo da família e as cisternas calçadão e de enxurrada, com capacidade de 52.000 litros.

Ainda conforme os dados sistematizados, das 23 famílias assentadas, 22 plantam feijão consorciado com o milho; 16 plantam feijão de corda, 11 plantam andu, 04 plantam capim, 18 plantam palma, em 13 lotes cultivam mandioca e 04 plantam batata. Além dessas culturas ainda plantam abóbora, melancia, abacaxi e mandioca. A criação de animais também é diversificada: 06 famílias têm apiário, mas só 03 estão em funcionamento, 04 criam cabras, 15 criam ovelhas, 18 criam boi para o trato da terra, 11 lotes dispõem de cavalos e 19 famílias tem criações de galinhas. Os animais são alimentados com a pastagem nativa e no final da colheita é feito uma grande silagem com a palha do milho entre outros elementos para alimentarem seus animais no verão. Essas culturas e criações diversificadas são tanto para o trato com a terra quanto para o consumo da família. Apenas o excedente da produção, quando o ano é bom, é comercializado por meio de atravessadores, nas feiras livres locais e nas feiras da reforma agrária organizadas pelo MST em diferentes cidades de Alagoas ao longo do ano.

Um elemento importante é que não faz parte das práticas produtivas das famílias assentadas o uso de agrotóxicos em nenhuma das atividades agropecuárias. Em geral, a maioria das famílias não dispõe de assistência técnica. Apenas 05 cinco assentados conseguiram um acompanhamento via prefeitura municipal, por meio de um projeto piloto que está em fase de adaptação e que, posteriormente, poderá ser expandido para os demais assentados. Os filhos dos assentados que foram crescendo, em sua maioria, foram para outras cidades em busca de emprego e, os que ficaram, cresceram, casaram e se instalaram no lote dos pais onde também moram e produzem.

## **Conclusões**

As famílias moram no imóvel rural que atualmente é o Assentamento Frei Damião desde a época do acampamento, o que demonstra um longo período de resistência apesar das dificuldades nas áreas social e econômico-produtiva do processo de desenvolvimento do Assentamento. Porém, mesmo após 16 anos de existência do Assentamento, as famílias produzem apenas para a subsistência, dependendo dos períodos das chuvas.

As famílias foram se estabelecendo apesar das adversidades ali encontradas como, por exemplo, a falta de políticas públicas estruturantes, como crédito para investimento na produção, assistência técnica para uma melhor produção e meios



de comercialização, e assim possibilite não só a subsistência, mas a geração de renda e a melhoria das condições de vida das famílias.

Consideramos que, apesar da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em permanecerem no Assentamento, a falta de investimento público dificulta o processo de desenvolvimento do assentamento para melhorar as condições de vida das famílias e garantir uma maior produção de alimentos. O aspecto educacional precisa receber uma forte atenção, para melhorar o nível de escolarização da população do assentamento, principalmente para as novas gerações. Porém, foi importante conhecer que as famílias já têm a prática da produção e criação agroecológica mesmo que limitada as necessidades de subsistência, o que pode potencializado ao longo do tempo.

### **Referências bibliográficas**

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 114 p.

MST. **A Reforma Agrária Popular**: por um projeto popular para a agricultura brasileira. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2010.

PREFEITURA DE INHAPI. A História de Inhapi – Alagoas. [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)  
Disponível em <http://www.inhapi.al.gov.br/a-cidade/historia>, acesso em 01. Jul. 2019.